

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR - *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EDILENE DA SILVA PEREIRA

**ECOTURISMO: O INVENTÁRIO TURÍSTICO E O CONFRONTO
LEGAL EM DOIS EMPREENDIMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal
2008

EDILENE DA SILVA PEREIRA

**ECOTURISMO: O INVENTÁRIO TURÍSTICO E O CONFRONTO
LEGAL EM DOIS EMPREENDIMENTOS**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Ms. Estela Pitwak Rossoni

Cacoal
2008

ECOTURISMO: O INVENTÁRIO TURÍSTICO E O CONFRONTO LEGAL EM DOIS EMPREENDIMENTOS

Por

EDILENE DA SILVA PEREIRA

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, Curso de Administração, para obtenção do grau de Bacharel em Administração, mediante a Banca Examinadora, formada por:

Presidente

Profa. Ms. Estela Pitwak Rossoni – Orientadora/UNIR

Membro

Prof. Ms. Marcelo Ferreira Tete – UNIR

Membro

Prof. Ms. Antônio Siviero – UNIR

Cacoal
2008

DEDICATÓRIA

A meu pai, Cícero Carlos Pereira, que mesmo estando longe, empenhou dedicação e apoio na realização deste sonho.

A minha mãe, Maria Lindraci da Silva, que em meio a inúmeras dificuldades sempre esteve ao meu lado, apoiando, corrigindo, me ajudando a levantar em cada queda, vibrando em cada conquista, sofrendo a minha dor, organizando minha eterna desordem, me amando e zelando.

Ao Clóvis Rosário Cardoso, amigo, companheiro e cúmplice, que tem se mostrado durante essa fase de conquista.

Pelo amor que lhes tenho, agradeço e dedico-lhes essa conquista com gratidão e honra.

AGRADECIMENTO

Primeiramente a DEUS, por conceder a vida, saúde e paz, dando força nos momentos de dificuldades, me abençoando sempre.

A minha irmã – Marcilane –, cunhado – Neilto –, e primos – Vanessa e Junior –, por acompanharem minha luta e acreditarem sempre no meu sucesso e na minha felicidade, dando-me conforto e carinho; a vocês que tanto amo e respeito, tendo-os como exemplo de vida.

Ao Clóvis, por estar sempre do meu lado, mesmo nas decisões contrárias as suas, respeitando, valorizando e dedicando seu tempo a mim.

A Célia, que durante o tempo de formação acadêmica me acolheu como filha, por vezes sendo uma verdadeira mãe, além de amiga, irmã e cúmplice.

Aos professores e funcionários da UNIR *Campus* de Cacoal, em especial a Profa. Ms. Estela Pitwak Rossoni, minha orientadora, ao Prof. Ms Marcelo Ferreira Tete e Prof. Ms. Geraldo Luís, por dedicarem seu tempo a mim e demais acadêmicos, atendendo-nos com respeito e amor, e por terem feito parte da minha vida, do meu aprendizado e da minha história.

Ao Sr. Aparecido, vulgo “Cidão”, motorista do ônibus que nos tem conduzido nesta caminhada de quase cinco anos, com cuidado, dedicando noites em função da realização dos nossos sonhos.

Aos amigos André, Ariel, Carina, Claudionor, James, Juvenal, Marciela, Margareth, Mônica, Nairo, Rogivan, Sandra e Thiago, que com sua alegria, experiência, jeito de ser, tornaram minha caminhada mais prazerosa, contribuindo para minha formação, a estes que estarão no meu coração por toda vida.

ECOTURISMO: O INVENTÁRIO TURÍSTICO E O CONFRONTO LEGAL EM DOIS EMPREENDIMENTOS

Edilene da Silva Pereira¹

RESUMO

O ecoturismo como atividade promotora do desenvolvimento econômico, da sustentabilidade ambiental e justiça social, tem se mostrado como um dos seguimentos do turismo com os maiores índices de crescimento. Embasando nesses pilares, destinou-se a pesquisa no inventário turístico e confronto legal para 02 empreendimentos ecoturísticos com estruturas pré-consolidadas, porém incipientes, situados nos municípios de Nova União e Ouro Preto D'Oeste, inseridos no roteiro “Caminhos da Fazendinha”. O objetivo da pesquisa esteve centrado na averiguação dos equipamentos disponíveis, atrativos relacionados à cultura e ao lazer, deficiências, políticas públicas e privadas, demanda existente, logística e o cumprimento das normatizações vigentes, verificando a validade da atividade nos quesitos da viabilidade operacional e cumprimento legal, resultando na proposta de ajustes para a otimização do ecoturismo para região, demonstrando que devidamente implementado, a atividade pode ser utilizada como ferramenta para o desenvolvimento econômico, uma vez que ela detêm demanda e divisas, valorizando a cultura regional, por meio de práticas ambientalmente sustentáveis. Para atingir os objetivos, utilizou-se do levantamento de dados junto aos órgãos que outorgam à atividade na região, contactando em seguida os empreendedores em entrevista apoiada por formulário previamente elaborado. Para embasamento teórico realizou-se pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa resultou na constatação de que, embora os empreendimentos apresentem algumas pendências quanto aos equipamentos e normas, estes são passíveis de regulamentação, cumprindo o proposto pela atividade.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Ecoturismo. Justiça. Oportunidade. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

O grande fluxo migratório da década de 70 e 80, provenientes principalmente do sudeste e sul do país, cujas práticas eram baseadas na agricultura e pecuária, que se instalou no Estado por meio de incentivos governamentais, tal como do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –², atuou em práticas de desmatamentos sem critérios, resultando num processo acentuado de degradação ambiental em contradição as leis em vigor a época. O não cumprimento das normas dispostas para utilização dos recursos naturais no Estado, foram um dos maiores responsáveis pela configuração do atual cenário de

¹ Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Rondônia *Campus* de Cacoal, sob orientação da Profa. Ms. Estela Pitwak Rossoni.

² MATIAS, F. **Síntese da Formação Histórica de Rondônia**. Porto Velho, Editora Municipalista, 2003, p. 71.

degradação, e este para as atuais circunstâncias gerou um grande conflito cultural, porquanto predomina os paradigmas das comunidades residentes, mas com a crescente degradação, tais normas passaram a ser aplicadas com maior afinco, entrando em contradição aos incentivos e práticas do passado.

Considerando a cultura da sociedade Rondoniense enraizada ao longo dos anos e as principais práticas estarem centradas na agricultura e pecuária, o Estado não passou por grandes desenvolvimentos industriais, conseqüentemente com deficiências nos equipamentos de infra-estrutura nos âmbitos da indústria do turismo, uma vez que tais deficiências, de acordo com critérios para implementação do turismo, pode ser fator decisivo para a inviabilidade do ecoturismo como negócio, eis que a atividade consiste em um conjunto de serviços que se vende ao turista, para tanto é gerado por meio de uma cadeia econômica, do qual depende dela, e se caso vier faltar um dos serviços, este pode colocar em risco toda a cadeia.

Apesar da cultura trazida de outras regiões ainda ativa, o Estado de Rondônia conta com características singulares de uma cultura difundida em grandes marcos na história mundial, de importante relevância principalmente na Segunda Guerra Mundial, e essa herança histórica e patrimonial, são favoráveis ao desenvolvimento do turismo, bem como já o são, citando a Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM – e o Real Forte Príncipe da Beira³, referências históricas tidas como uns dos pontos turísticos mais conhecidos no Estado. Porém as condições sociais que as comunidades foram submetidas ao longo dos anos e ainda o são, têm feito com que toda essa rica herança cultural se perca, sem que seja dado o devido valor ao patrimônio cultural que possuem afim da preservação, sendo que, poderiam ser utilizadas como ferramenta fundamental no ecoturismo receptivo.

O fato de Rondônia ser privilegiado pelas mais diversificadas belezas cênicas, ou que venha possuir toda infra-estrutura necessária para dar suporte ao ecoturismo, estes não são os únicos fatores a serem considerados para que a atividade de ecoturismo seja viável. Há um desafio grande e complexo, o de inter-relacionar todos os fatores básicos, juntamente com criatividade e cooperação pública e privada, a fim de fazer com que estes atrativos possuam diferenciais capazes de reterem demanda e divisas. Além de todas as dificuldades citadas, os empreendimentos atuantes nesta área são pioneiros e incipientes, sem a devida credibilidade ainda.

O uso irracional de potenciais recursos a serem aproveitados para o ecoturismo ao

³ SOARES, M. **Turismo e pontos turísticos.** Disponível em: <
<http://www.rondonia.ro.gov.br/conteudo.asp?id=165>> Acesso em: 23 nov. 2008.

longo dos anos, por meio de derrubadas, queimadas, ou fluxo de visitantes demasiado a capacidade que às áreas possam suportar, entre outros, têm se consolidado num prejuízo irreversível vivenciado também na cultura regional, e estes foram e têm sido os principais responsáveis por esgotar essas potenciais fontes de recursos antes mesmo da descoberta, ou implementação.

Visando realizar um inventário turístico e o confronto legal em 2 empreendimentos ecoturísticos do Estado de Rondônia, especificamente dos municípios de Ouro Preto D'Oeste e Nova União, esta pesquisa teve por objetivo efetuar o levantamento de informações junto a estes empreendimentos, ora inseridos no roteiro turístico "Caminhos da Fazendinha", identificar e conceituar conforme o grau de relevância, os equipamentos disponíveis, deficiências, políticas públicas e privadas, principais entraves, normatizações, logística, atrações relacionadas à cultura e lazer e demanda existente, capaz de permitir uma avaliação dos fatores primordiais para validação da atividade nos quesitos viabilidade operacional, sustentabilidade ambiental e justiça social. Esclarecendo-se, no entanto, que não tivera a pretensão de analisar a estrutura contábil dos empreendimentos, tampouco realizar um plano de negócio, mas a pesquisa constituiu-se em um inventário turístico e o seu confronto legal.

O Ecoturismo devidamente implementado, além de impulsionar a economia local, possui imprescindível importância em manter e controlar a herança cultural de comunidades tradicionais, dando suporte à permanência destas através de educação ambiental, ora que estas comunidades passam a ser responsáveis pela recepção do ecoturista, de forma que se utilizando do conhecimento e experiência destas comunidades, promovem-se treinamentos e geram-se empregos, ocorrendo o comprometimento por parte delas quanto ao aproveitamento sustentável dos recursos disponíveis, mesmo que nas práticas tradicionais de agricultura e pecuária, elas passam a se empenhar para a otimização do uso de forma que, começam agir como agentes multiplicadores, beneficiando toda cadeia, dando suporte ao contínuo movimento da economia regional e desta feita, à medida que há planejamento, todos ganham, seja a economia regional de modo geral, sejam as comunidades de forma direta.

A localização do Estado de Rondônia é uma vantagem competitiva a ser levada em consideração na atividade ecoturística, uma vez que situa-se na Amazônia legal, e esta exerce um apelo significativo sobre o mundo, o que deve ser usado de maneira favorável para o desenvolvimento da atividade, precedido de planejamento no uso de mecanismos para a manutenção ou recuperação dos recursos naturais disponíveis.

A relevância do presente trabalho decorre da necessidade de adoção de práticas alternativas e sustentáveis para o uso de propriedades da região até então exploradas sem

muito ou nenhum critério, valorização da cultura das comunidades envolvidas, com retorno econômico, analisando neste, o ecoturismo como uma das alternativas de atividade, o que se deu por meio da pesquisa de campo, com realização de levantamento de dados e avaliação das informações inferentes, possibilitando identificar em conformidade com os equipamentos disponíveis, a contribuição destes para a atividade na região.

1 CONCEITOS E HISTÓRICO DO TURISMO

Os termos turismo e turista são descritos respectivamente, com origem francesa *tourisme* e *touriste* com unanimidade pelos autores, cuja matriz do radical *tour*, significa giro, volta, viagem, ou movimento de sair e retornar ao local de partida, conforme Andrade (2002, p. 29). Porém, há contradições de que na tradução para a língua portuguesa, tenha sido utilizado de sua forma primitiva oriunda do latim, ora que a origem utilizada habitualmente provinha do inglês, com aparição oficial pela primeira vez em 1800 no dicionário The Shorter Oxford English Dictionary (Dias, 2003, p. 31). Há ainda registros de que os termos já eram utilizados em hebraico, haja vista observações em descrições de passagens bíblicas, cita Andrade (2002, p. 31).

O fato é que a atividade turística é praticada desde a antiguidade, com a formação das primeiras sociedades, quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar (Ignarra, 1999, p15), cujas finalidades dos deslocamentos destinavam-se a busca de alimentos, por meio da caça, coleta de frutos, acompanhamento dos rebanhos e das estações do ano (DIAS, 2003, p. 41).

Na Idade Média, após a queda do Império Romano, ergueram-se várias viagens por motivações religiosas, peregrinações e lugares santos, geralmente ocorridos em Roma, bem como em outros lugares santos em menores proporções promovidas por religiosos hindus, budistas, muçulmanos e outras crenças, desenvolvendo em decorrência da demanda e necessidade uma ampla infra-estrutura com pousadas, hospedarias e hospitais (DIAS, 2003, p. 43).

A Revolução Industrial no século XVIII, na Inglaterra, foi um marco no conceito de viagens, pois trouxe consigo a urbanização e as horas de trabalho limitadas, dando espaço ao ócio, lazer e descanso, mas foi somente no fim do século XIX, que estes preponderaram, com a criação de jornadas reduzidas de até 98 para 40 horas ou até menores, prevendo fim de semana de descanso e mesmo férias anuais (Dias, 2003, p. 47). Conceitua Ignarra (1999, p.

36) que de todos, este talvez seja um dos fatores de maior importância ao desenvolvimento do turismo.

Em período intermediário, no início do século XIX, surgiu o termo *turismo*, sendo possível definir, distinguir e agrupar um conjunto de atividades, que antes eram conhecidas por outros nomes, cita Dias (2003, p. 12), porém o turismo veio alcançar fundamental amplitude somente na metade do século XX, com a ampliação do direito às férias remuneradas conquistadas pelo trabalhadores, particularmente nos países desenvolvidos, aumentando essa demanda, devido à ampliação do tempo livre oriundo da diversificação das formas de trabalho motivadas pelo desenvolvimento da tecnologia, o que acredita-se evidenciar uma sociedade futura que terá lugar fundamental ao lazer e o ócio (DIAS, 2003, p. 11).

Após a Segunda Guerra Mundial, ainda no século XX, o turismo agregou importantes valores com o estabelecimento explícito acerca do período obrigatório de férias, bem como a incorporação da aviação em 1945 a atividade turística, o que tornaria mais tarde um dos fatores de maior importância já que o crescimento da atividade atualmente relaciona-se com o desenvolvimento dos transportes, relata Ignarra (1999, p. 34), por vez ampliando o número de destinos turísticos (DIAS, 2003, p. 53).

Ao longo da história, o significado da palavra turismo, sofreu um processo de evolução, e ainda necessita de reajustes no que diz respeito à extensão do fenômeno que pretende abranger. Porém a conceituação mais completa acerca do turismo receptivo, conforme Mathiot *apud* Andrade (2002, p. 37) “Turismo é o conjunto de princípios que regulam as viagens de prazer ou de utilidade, tanto no que diz respeito à ação pessoal dos viajantes ou turistas como no que se refere à ação daqueles que se ocupam em recebê-los e facilitam seus deslocamentos.”

Dias (2003, p. 27) definiu turismo como uma atividade que envolve o movimento constante de pessoas, que se deslocam em um local de origem a um destino, e o deslocamento e permanência destas pessoas longe do seu local de moradia, e as profundas alterações econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais, numa proporção que poucos fenômenos sociais conseguiram gerar ao longo da humanidade, denomina-se turismo.

Andrade (2002, p. 38), explica de maneira nítida, que o turismo no seu conjunto de serviços, tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais, de maneira satisfatória.

Durante muito tempo, o turismo foi considerado como uma atividade sem impactos

ambientais, conhecida como indústria não poluente, mas este conceito fora superado observando que é uma atividade passível de constante monitoramento, uma vez que potencialmente é altamente consumidora dos recursos naturais, e com isso tem aumentado a preocupação em torno da sustentabilidade dos ambientes de exploração (DIAS, 2003, p. 61).

A preocupação com a questão da sustentabilidade na atividade turística, dera espaço ao surgimento de vários segmentos dentro do turismo, dentre eles, o conceito de ecoturismo surgido com vistas a atender bases além da econômica, como o comprometimento com gerações futuras, justiça social e eficiência econômica; considerando o ambiente nas múltiplas conexões – naturais, econômicas, sociais e culturais –, conforme sugere Faria (2001, p. 70).

O ecoturismo é definido ainda, segundo Mitraud (2003, p. 12) como “Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.”

A modalidade de ecoturismo receptivo em conformidade ainda com Faria (2001, p. 95), diz respeito ao conjunto de serviços e assistências destinados à recepção de pessoas provenientes de outras regiões do país ou do exterior, visto que esta modalidade possui caráter importante no desenvolvimento regional, bem como defende Andrade (2002, p. 52):

A boa qualidade do receptivo é de vital importância para qualquer país, rico ou pobre, desenvolvido ou subdesenvolvido, credor ou devedor, porque, além da valorização de seus recursos naturais e artificiais, há o aspecto lucrativo da economia nacional: por sua natureza, o turismo receptivo é uma operação econômica correspondente a exportação de produtos, valorizada com o privilégio de não depender de atos burocráticos externos com as mesmas injunções características da exportação.

A atividade ecoturística por sua vez, tem apresentado dentro dos diversos segmentos turísticos, os mais altos índices de crescimento, com um aumento de demanda variando de 10 a 20% ao ano, de acordo com diversos estudos, sendo considerada hoje como uma das principais atividades econômicas, superando setores tradicionais da economia como a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera e conforme descreve Dias (2003, p. 153), é considerado o setor que mais emprega pessoas em todo mundo, com as melhores perspectivas de expansão nos próximos anos, com realidade não diferente para o Brasil, como observa Mitraud (2003, p. 11).

Segundo Relatório de atividades do turismo, elaborado pelo IBGE *apud* Gimenes (2003), 352.224 empresas operavam no Brasil com atividade principal nos segmentos

definidos como característicos do turismo naquele ano. Estas empresas apresentaram um valor bruto de produção de R\$ 76 bilhões, com salários e outras remunerações de aproximadamente R\$ 15,3 bilhões, o que demonstra a magnitude da atividade turística na movimentação da economia, se tratando de uma atividade pulsante e dinâmica. Há de ser considerado que, na época, o Brasil não possuía papel de destaque no setor de turismo, comparado a outros países. Apesar dos avanços nesta área, conforme Massari (2007), pesquisa aponta o Brasil em 59ª posição no *ranking* mundial, em termos de países responsáveis por movimentar a economia no que tange ao turismo a nível macro-econômico, embora estejam sendo contestados os indicadores utilizados para fazer tal mensuração. Observa-se por meio destes dados que, embora os números sejam baixos comparados a outros países, o Brasil possui um potencial enorme a ser desenvolvido, e que a implementação da atividade ecoturística é uma alternativa passível de considerações, pois esta promove o desenvolvimento da economia de forma sustentável, tanto em escala regionais quanto internacionais, valorizando os recursos ora existentes.

Destacando ainda, a importância do crescimento da atividade para o Brasil, o turismo possui influência direta benéfica sob os demais setores, de acordo com Gimenes (2003, p. 45):

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)², o turismo impacta 52 segmentos diferentes da economia, empregando, em sua cadeia, desde a mão-de-obra mais qualificada, em área que se utilizam desde a alta tecnologia (transportes e comunicação) até a de menor qualificação, tanto no emprego formal como no informal.

Este crescimento enfatizado pode e deve ser utilizado em favor da economia regional como uma ferramenta estratégica, de baixo custo, no desenvolvimento, capaz de proporcionar resultados eficientes e eficazes, tanto que este assunto, em momento oportuno em um ciclo de debates realizado em 2001⁴, fora ressaltado a importância da utilização do turismo em prol da retomada do crescimento nacional, na criação de novas oportunidades no mercado de trabalho, absorção de mão-de-obra especializada e não especializada, em regiões onde se situam equipamentos turísticos. Fora acrescentado ainda, acerca da melhoria na distribuição de renda em consequência da oferta de novos postos de trabalho, importante incentivo à educação, na medida em que se estimula o aprendizado e o ensino na preparação de mão de obra, gerando necessidades de novas escolas e centros de treinamentos nas diversas áreas de

⁴ Turismo em Debate: ciclo de conferências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001, p. 65 e 66.

turismo, e desenvolvimento de novas áreas para atividades industriais, à medida que a presença de equipamentos turísticos estimulam o desenvolvimento da região e, conseqüentemente, os crescimentos industrial e empresarial.

A atividade turística oferece oportunidades de boas alternativas aos empresários que nele investem, para tanto, para que a gama de benefícios sociais, econômicos e ambientais observados para o ecoturismo sejam possíveis com eficiência e eficácia no contexto regional, estes precisam acontecer em decorrência de planejamento, porque ambientes propícios por si só não geram receitas, logo o planejamento da atividade turística se mostra como um poderoso instrumento de fomento ao desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade, enfatiza Ignarra (1999, p. 62). O sucesso do turismo como negócio depende da qualificação do potencial, dos equipamentos e dos serviços oferecidos ou a disposição do público. Para que o Brasil consiga se beneficiar do crescimento mundial da demanda por destinos ecoturísticos, é necessário haver uma união de esforços, seja do governo, da iniciativa privada, das universidades e das comunidades empenhadas em desenvolver e consolidar a atividade, afirmam Andrade (2002, p. 24) e Kinkler (2002, p. 84-86).

Logo a oferta turística deve ser composta por um conjunto de elementos que conformam o produto turístico, pois o turista necessita deste conjunto de elementos para satisfazer suas necessidades, tais como precisa de transportes, hospedagem, alimentação, diversões, informações turísticas, comércio, serviços públicos, no qual tais elementos podem se dividir em atrativos turísticos, serviços turísticos, serviços públicos e infra-estrutura básica, conceitua Ignarra (1999, p. 47).

Enquanto planejamento turístico, deve-se conhecer bem o cenário de atuação e estabelecer dentro deste os objetivos a serem alcançados, bem como traçar estratégias de curto, médio e longo prazo, abrangendo em totalidade os componentes do turismo, pois a deficiência em algum dos elementos pode resultar na neutralização dos demais, portanto, as estratégias de um planejamento turístico deve atuar sob os seguintes campos, citado por Ignarra (1999, p. 67):

- a) preparação e conservação dos atrativos turísticos;
- b) ampliação e/ou melhoria da infra-estrutura de serviços turísticos;
- c) ampliação e/ou melhoria dos serviços urbanos de apoio ao turismo;
- d) ampliação e/ou melhoria da infra-estrutura básica;
- e) capacitação dos recursos humanos;
- f) conscientização da população para a importância do turismo;
- g) legislação de controle de qualidade do produto turístico;
- h) legislação de preservação do patrimônio turístico;
- i) legislação de fomento a atividade turística;

- j) captação de investimentos;
- k) promoção turística.

Outro aspecto a ser considerado, é que infra-estrutura de qualidade, não é mais fator determinante para reter demanda, eis que os turistas buscam algo mais capaz de prender-lhes a atenção, buscando autenticidade em local diferente ao de sua origem (Dias, 2003, p. 119), de caráter diferente dos elementos que compõe seu cotidiano (Ignarra, 1999, p. 48) e a criatividade nesse aspecto, passa ser um aliado importantíssimo na execução da atividade turística, de acordo com Andrade *apud* Gimenes (2003, p. 17):

[...] os turistas não se impressionam muito com as altas qualificações dos receptivos: desejam encontrar a qualidade do diferente, do não-rotineiro, do descompromisso com a agendas, horários e trabalhos.

Uma vez que a criatividade esteja empregada em fazer uso da matéria-prima de forma ampla e diversa, é que se pode contar com infra-estrutura e outros, como o fator cultural, para preponderar como diferencial competitivo sobre os demais empreendimentos. Comete-se frequentemente, o erro de achar que a matéria-prima por si só – o ambiente potencialmente atrativo –, é capaz de reter demanda. Acontece que, matéria prima não é produto, e que produto pressupõe, além do preço justo e honesto, para um consumidor cada vez mais exigente, qualidade de serviço, criatividade e identidade, e um produto que seja ambiental e turisticamente correto, novamente é assunto na pauta do CICLO DE CONFERÊNCIAS (2001, p. 34).

Uma matéria-prima que deve ser trabalhada de forma criativa afim de atrair demanda, é a cultura local, explica Andrade (2002, p. 11), explicitando que ela deve ser estratégica, pois o modo de vida dos habitantes locais, ou dos receptivos turísticos, e seu comportamento são valores capazes de atrair ou de afastar os turistas, de valorizar o patrimônio social turístico que o núcleo representa, bem como, defende Gimenes (2003, p. 72), acerca da importância da capacitação de recursos humanos da própria população local. Enfatiza ainda que, essa estratégia visa além de melhorar a qualidade da mão-de-obra local, valorizando-a, pode representar diferencial competitivo entre destinos ecoturísticos, pois a ligação que a comunidade local possui com a área não se restringe somente a viabilidade econômica do negócio, vai além desse aspecto, pois também traz um sentimento de pertencimento do local. A população local conhece mais as relações internas da sociedade e do meio ambiente em que vive do que as pessoas provenientes de outros locais.

No Brasil, não há uma consciência formada de quão enorme são os benefícios alcançados para economia, cultura e ambiente oriundos da devida implementação da atividade ecoturística, nem tampouco, existem estímulos para o despertar desta realidade, como outros países já o tem, e essa deficiência ocasiona em prejuízos, haja vista o potencial que é ignorado e desperdiçado por meio de práticas irracionais. A falta de infra-estrutura de apoio ao turismo é um dos vários reflexos provenientes da ausência de uma consciência, ao que se observa, existem áreas em desenvolvimento que têm um potencial imenso, mas, são de difícil acesso, e nenhum esforço é desempenhado para mudar isso (CICLO DE CONFERÊNCIAS, 2001, p. 67).

O ecoturismo, é uma atividade que possui potencial de crescimento sustentável substancial, desde que implementado adequadamente. Uma vez que a atividade seja introduzida, esta não poderá ser simplesmente abandonada, haja vista que esta envolve além de questões econômicas, conforme já mencionado. Resultado de uma má condução do ecoturismo resulta em prejuízos irreversíveis principalmente para as comunidades e o ambiente envolvido.

2 DEFINIÇÃO DE MERCADO

Kotler *et al* (2006, p. 125) define mercado como o conjunto de consumidores que possuem renda, acesso e demonstram interesses a determinadas ofertas, que compartilham de uma necessidade ou desejo específico, dispostos e habilitados para fazer uma troca que satisfaça essa necessidade. Por meio da definição de mercado é possível utilizá-lo como ferramenta útil para o planejamento do ambiente, observando que a empresa pode realizar uma série de ações afim de alcançar seus objetivos, bem como reduzir a qualificação dos compradores, expandir o mercado disponível, reduzir os preços, ou reestruturar-se na concepção dos clientes, entre outras ações.

Segundo Ignarra (1999, p. 75), “O mercado turístico é constituído pelo conjunto dos consumidores de turismo e pela totalidade da oferta de produtos turísticos. Trata-se, portanto, de um conceito econômico extremamente amplo e diversificado.”

Para que este mercado possa sustentar tais necessidades com satisfação, é preciso entender quais são elas, e saber o que deverá ser produzido, em que quantidade e qualidade. Estas questões são evidenciadas ao longo do tempo pelo próprio mercado, que passa agir como um sistema de informação, à medida que propiciam dados. Com base nas informações

observadas, identifica-se a demanda e oferta do mercado, e através destas, é possível instituir um equilíbrio entre a procura e oferta de determinados produtos e serviços, gerindo através de uma política de preços (IGNARRA, 2003, p. 75-76).

3 NORMAS APLICADAS

Um fator importante é que, para a implantação do planejamento alguns aspectos dependem de aprovação de instrumentos legais no legislativo. As leis de preservação do patrimônio turístico, de controle de qualidade do produto, de fomento da atividade devem ser regulamentadas de forma que tenham força de lei e garantam que suas regras sejam cumpridas, explicita IGNARRA (1999, p. 68).

3.1 Lei nº 547, de 30 de dezembro de 1993

A lei 547/93 dispõe, dentre outros, sobre a criação do Sistema Estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, estabelecendo medidas de proteção e melhoria da qualidade de meio ambiente e define a Política Estadual de Desenvolvimento Ambiental, atribuindo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM –, em seu Art. 8º, inciso II e IV (Lei nº 547/1993), o licenciamento de quaisquer atividades que utilizem os recursos ambientais, com atividades potencialmente poluidoras, causando degradação ambiental e a promoção de educação ambiental em parceria com outros órgãos, sejam estaduais ou municipais.

3.1.1 Política de Desenvolvimento Ambiental

No Art. 11, os incisos I a XII da Lei 547/93, que diz respeito aos parâmetros a serem adotados, os quais devem estar em conformidade com a realidade sócio-econômica, cultural e ambiental do Estado de Rondônia, respeitando-se os limites impostos pela Legislação Federal ou as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA –, bem como o ZSEE, na promoção do desenvolvimento de atividades diversas, voltadas para a melhoria da qualidade ambiental.

Para a instalação, construção, ampliação, operação de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva e potencialmente poluidoras,

passíveis de degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento junto à SEDAM, de acordo com os Art. 14º e 16º da Lei 547/93 (Lei nº 547/1993).

3.2 Decreto nº 7903, de 01 de julho de 1997

O Decreto nº 7.903/97, fora instituído afim de regulamentar a Lei nº 547, de 30 de dezembro de 1993, que se trata da proteção, recuperação, controle, fiscalização e melhoria do meio ambiente no Estado de Rondônia. Conforme Art. 1º do Decreto 7.903/97 (Benitez, 2002, p. 465), tais responsabilidades competem à comunidade e ao poder público, visando proteger o meio ambiente e os recursos naturais, de modo evitar seu esgotamento e manter o equilíbrio ecológico, assim como garantir a qualidade de vida saudável a todos os cidadãos do Estado de Rondônia.

Como instituição de poder público, compete à SEDAM, inerentes à atividade turística, conforme enquadrado no Art. 2º (Benitez, 2002, p. 465), a responsabilidade por estabelecer e reger, em conformidade com o supra Decreto, as medidas de proteção, recuperação, controle, fiscalização e melhoria da qualidade do meio ambiente no Estado de Rondônia, bem como é de sua atribuição o licenciamento ambiental.

O licenciamento efetuado pela SEDAM, no qual outorga quaisquer atividades industriais, são as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, de acordo com Art. 89 do Decreto 7.903/97 (Benitez, 2002, p. 493), conforme segue descrição.

3.2.1 Licença Prévia

Na fase de pré-instalação, o licenciamento prévio tem por objetivo emitir parecer sobre a conveniência da atividade no local, estabelecer parâmetros determinando níveis de tolerância para lançamento de resíduos sólidos, líquidos, gasosos e para emissão sonora no meio ambiente, e suprimimento quanto a dados necessários à apresentação de projetos referentes a proteção contra degradação ambiental (Art. 90, incisos I-III, *apud* Benitez, 2002, p. 493), a qual estabelece os critérios mediante o cumprimento das exigências dispostas no Art. 92 (BENITEZ, 2002, p. 493-494).

Nos parágrafos 1º e 2º do inciso VII, observa o prazo de 15 dias para a SEDAM emitir a Licença Prévia, ainda que o prazo de validade sem direto a renovação para a mesma obra é de 120 dias.

3.2.2 Licença de Instalação

A Licença de instalação, de acordo com o Art. 93 e 94 do Decreto 7.903/97 (Benitez, 2002, p. 494), com exceção a entidades que comprovadamente não poluem ou não venham afetar nenhum dos componentes ambientais, deve ser aplicada as atividades com Licença Prévia, com objetivo de ter um parecer favorável acerca do sistema de tratamento de resíduos, autorizando o início da implantação do empreendimento, fixando os eventos das obras de implantação de tratamento dos resíduos, sujeitos à inspeção da SEDAM.

Conforme Art. 96 do Decreto 7.903/97, (Benitez, 2002, p. 495), antes da aprovação de projetos, licenças ou alvarás de qualquer tipo, deverá se exigir a apresentação da Licença de Instalação, sob pena de nulidade, cujos critérios para emissão estão dispostos no Art. 95 (BENITEZ, 2002, p. 493 e 494).

Após o requerente atender as exigências, a SEDAM terá o prazo de até 30 dias úteis para expedir Licença de Instalação, uma vez que a validade da mesma varia em função do tempo requerido, podendo estender em até 02 anos, tendo de ser renovada cada vez que exceder este prazo (ART. 95, inciso IV, § 1º, 2º E 3º, *apud* BENITEZ, 2002, p. 494-495).

3.2.3 Licença de Operação

A licença de Operação deverá ser expedida ao empreendimento antecedendo o início de funcionamento do mesmo, tendo em vista a confirmação e a verificação do funcionamento dos sistemas de tratamento de resíduos propostos pelas entidades e outorgados pela SEDAM. Em caso de constatação de precariedade no sistema, a Licença de Operação não deverá exceder 6 meses, tempo este previsto para readequação (ART. 97, BENITEZ, 2002, p.495).

As exigências para emissão da supra licença, estão dispostas no Art. 98 (BENITEZ, 2002, p.495).

Com base nestas normas aplicadas, a SEDAM elaborou um Termo de Referência (Anexo I), estabelecendo todos os procedimentos e documentações necessárias para outorgar o licenciamento, de acordo com as implicações de cada atividade para ser utilizado como roteiro, simplificando a aplicação de tais.

3.2.4 Das Infrações e das Penalidades

Aos infratores das disposições da Lei 547/93, regulamentos e normas decorrentes incorrem as penalidades: advertência, multa de 10 a 1000 vezes o valor nominal da UPF/RO (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Rondônia), Interdição temporária ou definitiva, Embargo e Demolição (ART. 109 *apud* BENITEZ, 2002, p. 498).

A multa será aplicada após a constatação da irregularidade ou quando for o caso, mediante o não cumprimento de correção dentro do prazo estabelecido em notificação.

A advertência será aplicada quando se tratar da primeira infração de qualquer natureza, estabelecendo assim, prazo para que sejam sanadas as irregularidades, de acordo com o Art. 110 (BENITEZ, 2002, p. 498).

Art. 111 Nos casos de reincidência, o valor da multa aplicado deverá ser o dobro da anteriormente imposta.

Art. 112 A penalidade de embargo e demolição será imposta no caso de obras e construções executadas sem a necessária Licença de Instalação, ou em desacordo com a Licença, quando sua permanência ou manutenção contrariar as disposições da Lei nº 547/93, deste Regulamento e das normas dele decorrentes.

Os custos e despesas decorrentes da aplicação das penalidades correm por conta do infrator, sendo ele o único responsável pelas consequências da aplicação dessas, conforme Art. 114 (BENITEZ, 2002, p. 498).

3.3 Código Florestal – Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965

O Código Florestal, no Art. 16, inciso I (Lei nº 4.771/1965), institui para as propriedades rurais situadas na área de floresta na Amazônia Legal, que 80% da área deve ser mantida como RL.

Embora aprovado por Lei Federal, em Rondônia o percentual de área destinado a RL foi reduzido para 50% da propriedade, conforme Lei do ZSEE, outorgada pelo CONAMA.

3.4 Zoneamento Sócioeconômico-ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE – Lei Complementar nº 233, de 06 de junho de 2000

O ZSEE constitui-se no principal instrumento de planejamento da ocupação e controle de utilização dos recursos naturais do Estado, tendo como objetivo orientar a implementação de medidas e elevação do padrão socioeconômico das populações, dividindo o

Estado em zonas, levando-se em consideração as potencialidades, as restrições de uso e proteção dos recursos naturais (ART. 2 e 3, *apud* BENITEZ, 2002, p. 391).

As zonas são definidas pelo grau de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso, ademais pelas Unidades de Conservação, o que não é o caso da pesquisa, haja vista a mesma tratar-se de propriedades particulares, onde nestas, podem dirigir-se ao uso agropecuário, agroflorestal e florestal, em até 50% da área total, conforme Art. 5º, 6º e 7º da Lei 233/00.

4 PLANO NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO – PNMT

Lançado no ano de 1994, proposto no projeto do Governo Federal “Avança Brasil”, com coordenação do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR –, o PNMT, visando à descentralização do planejamento e gestão da atividade turística por meio da sensibilização, conscientização e capacitação de pessoas da comunidade de municípios detentores de potencial turístico para o desenvolvimento da atividade econômica, geradora de emprego e renda, envolvendo na gestão, organizações públicas e privadas (Bahl, 2003, p. 48), instituído com a finalidade de buscar um novo modo de promover o desenvolvimento, que contribua para a melhoria da qualidade de vida das populações das pequenas cidades e favoreça o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades, descobrir suas vocações, expandir suas potencialidades e incrementar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais, por meio da capacitação de agentes locais de desenvolvimento e as parcerias entre os diferentes setores empresariais e públicos (BAHL, 2003, p. 52).

Um dos princípios do PNMT é a sustentabilidade, onde por meio de planejamento das ações, seleção das prioridades e o acompanhamento de atividades que contemplem a compatibilidade dos aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais políticos do município, no desenvolvimento do turismo.

5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa, com a interpretação do tratamento da atividade ecoturística para os municípios de Nova União e Ouro Preto D'Oeste, utilizando para o seu desenvolvimento 02 tipos de pesquisas: descritiva e exploratória, com

levantamento de fontes bibliográficas e documental baseadas em estudos de obras literárias, livros, relatórios, documentos e normas, focalizada a abordagem e análise de características peculiares das comunidades envolvidas, assim como descrevendo os fenômenos significantes, ora observados durante a pesquisa.

O método de abordagem foi o indutivo, nos quais foram analisados micros empreendimentos em esferas municipais, com métodos de procedimentos históricos e comparativos, em que foram analisados os marcos históricos no Estado de Rondônia e as influências que esses tiveram sobre a atividade do ecoturismo.

As técnicas de pesquisas foram aplicadas por meio de entrevistas com os empreendedores das áreas objeto de estudo, de maneira observacional participativa, e mesmo por meio da análise das histórias de vida referentes por via de formulário (Anexo II) adaptado de Mitraud (2003, p. 79-82), bem como levantamento documental, normas vigentes, relatórios e esclarecimentos junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo de Ouro Preto D'Oeste – SEMATUR –, SEDAM de Ji-Paraná e Gerência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA –, cujas instituições possuem influência direta no desenvolvimento da atividade. Observando as técnicas e levantamento de informações, estas serviram de embasamento as operações da atividade.

O universo da pesquisa compreendera 02 empreendimentos ecoturísticos com estruturas pré-consolidadas, com projetos em desenvolvimento, situados respectivamente nos municípios de Nova União e Ouro Preto D'Oeste, no qual o critério de seleção da amostra se deu pela técnica não probabilística intencional por conveniência, haja vista as amostras estarem inseridas em um mesmo roteiro – Caminhos da Fazendinha –, proximidade entre os municípios de localização dos empreendimentos objeto de estudo e o fácil acesso entre ambos.

Para a abordagem, adotou letras para referir-se aos empreendimentos – “A” e “B” –, em razão da não obtenção de autorização formal para a divulgação do mesmo.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Visando levantar informações pertinentes aos equipamentos turístico em confronto com as normas no que tange os empreendimentos “A” e “B”, a entrevista fora precedida de agendamento de data e horário, com deslocamento posterior até os locais de desenvolvimento

da atividade, oportunidade em que os próprios empreendedores apresentaram a propriedade, o que oportunizou observar alguns dos equipamentos já em fase de operação, a conformidade desses com as normatizações e esclarecimento de algumas dúvidas. Desta investigação, originou-se os relatórios, conforme respectivos Apêndices A e B, o que permitiu abordar comparativamente características peculiares dos citados empreendimentos.

Com base no inventário turístico realizado (visualizados nos quadros 1 e 2) observou-se pendências nos empreendimentos no que diz respeito aos equipamentos de apoio a atividade, uma vez que a mesma está em fase de implementação.

Os gestores dos empreendimentos “A” e “B”, relataram que os equipamentos existentes atualmente em sua propriedade, diferem daqueles do seguimento pretenso.

Para os equipamentos existentes atualmente nos empreendimentos “A” e “B” responsáveis pela geração de receitas e pela manutenção do negócio, observou-se respectivamente que, a cachoeira e os serviços agregados a ela, bem como o valor cobrado para a estadia no local, uso da área de *camping* e o restaurante são os equipamentos geradores de receitas do empreendimento “A”, assim como o restaurante, o valor cobrado para uso dos serviços de *rapel*, arborismo e tirolesa, e por vezes a locação das estruturas de *camping* são os responsáveis pela manutenção do empreendimento “B”.

Constatou-se que no empreendimento “A”, os recursos e equipamentos de relevante fragilidade ambiental, a cachoeira e a floresta, nos quais estão inseridas as trilhas, o mirante e a piscina de água natural, situados em Área de Preservação Permanente – APP – e RL –, não possuem um plano de monitoramento e controle, visando a sustentabilidade ambiental. Já no empreendimento “B”, verificou-se controle para conservação, visando a sustentabilidade das áreas de reflorestamento, não podendo estas receber demanda superior a suportada nas trilhas, assim como as nascentes, com o qual tem sido feita a recomposição de suas cabeceiras.

Os equipamentos pendentes de conclusão no empreendimento “A” é o de 01 chalé experimental e a casa para funcionários, enquanto que no empreendimento “B” é a de 01 Chalé e a implementação da pecuária.

Quadro 1 – Empreendimento “A”

Infra-estrutura	Atrações	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Observações
Chalé Experimental com observatório para pássaros.	- Proximidade com a fauna e flora.	- Tranquilidade. - Conforto.	_____	- Implantação sem conhecer as restrições da Lei do ZSEE.
Trilhas rústicas e suspensas no meio da floresta nativa.	- Espécies endêmicas da Fauna e Flora brasileira. - Acesso a cachoeira.	- Exuberante beleza natural, com alto grau de conservação.	- Riscos a ausência de orientação e acompanhamento. - Degradação ora que não há um programa de monitoramento.	- Implantação em APP ⁵ e RL sem licenciamento, conforme Lei nº 4.771/65 e Decreto nº 7903/97.
Restaurante.	- Pratos <i>a la carte</i> . - Refeições típicas da cozinha italiana.	- Valorização cultural, com retenção de receitas para a economia local.	- Os produtos regionais não possuem a mesma preferência de outrem.	- Implantação em APP sem o devido licenciamento, em conformidade com o Decreto nº 7903/97.
Mirante.	- Cachoeira. - Flora e Fauna Transeunte.	- Contemplação da natureza.	- Recebimento de demanda sem critérios para monitoramento.	- Implantação em APP sem o devido licenciamento em conformidade com o Decreto nº 7903/97.
Estrutura para <i>Camping</i> .	_____	- Contemplação da natureza.	_____	- Implantação sem atender os critérios da lei do ZSEE.
Piscina de água natural.	_____	- Utilização de água corrente.	- Represamento de curso d'água sem monitoramento.	- Implantação em APP sem o devido licenciamento, conforme Decreto nº 7.903/97.
Casa para funcionários.	_____	- Qualidade de moradia.	_____	- Implantação sem atender critérios da Lei de ZSEE.

Fonte: Dados primários (2008).

Para o funcionamento da atividade como os empreendedores almejam, no empreendimento “A”, pretende-se construir 10 chalés, implantar atividades esportivas tais como arborismo, tirolesa, *rafting* e *rapel*, bem como regulamentar cada uma delas, no que tange as normas vigentes, definindo práticas de um hotel fazenda. Para o empreendimento “B”, pretende-se construir um alojamento com aproximadamente 10 quartos, ampliar o salão de eventos e equipá-lo para os cursos e palestras a serem ministrados no espaço, e efetuar a regulamentação legal, para a constituição de um negócio de cunho agro-ecológico.

⁵ Área de Preservação Permanente – APP.

Quadro 2 – Empreendimento “B”

Infra-estrutura	Atrações	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Observações
Paredão de rocha de 30 metros de altura.	- <i>Rapel</i>	- Exuberante beleza, com vista para a propriedade. - Acompanhamento por técnicos.	- Rocha degradada.	- O recapeamento da BR-364 fora efetuado com brita extraída da propriedade.
Morro de 30 metros de altura.	- Tirolesa	- Exuberante beleza, com vista para a propriedade. - Acompanhamento	- Paisagem em fase de recuperação.	- A regeneração da cobertura florestal utilizada no turismo como conceito.
Árvores restantes a época da degradação.	- Arborismo	- Práticas do esporte com vistas à floresta em recuperação. - Acompanhamento de técnicos.		- A regeneração da cobertura florestal utilizada no turismo como conceito.
Chalés	- Destinação de espécie de plantas nativas para nomeação do chalé.	- Além do conforto, os hóspedes do chalé, terá acesso a espécie de planta e todos informações pertinentes a ela.	- Investimento financeiro alto, para atendimento de um público diferente do almejado.	- De R\$ 150 mil financiando pelo BASA ⁶ , R\$ 100 mil fora investido na construção dos chalés.
Trilhas rústicas	- Vistas a propriedade e entorno, bem como a cobertura florestal em regeneração.	- Acompanhamento por técnicos, do trabalho realizado, com venda do conceito da recuperação.	- Perigos inerentes a declividade do terreno, mesmo com acompanhamento de técnicos.	- Ausência de socorro no empreendimento.
Piscina artificial	- Piscina para recreação	- Atendimento de públicos diversos.	- Deficiências no abastecimento e manutenção.	- Escassez de água, devido a destruição das matas ciliares das nascentes da propriedade.
Restaurante	- <i>Self-Service</i> com refeições oriundas da cozinha mineira. - Disposição de produtos, tais como doces, beneficiados por cooperativa.	- Capacidade para sustentar o empreendimento ainda em fase de consolidação.		- O restaurante atende todas as pessoas transeuntes na BR-364, e não apenas o seguimento do empreendimento.
Pecuária	- Bovinos da raça Jersey, ovinos, suínos e galináceas.	- Criação de forma alternativa, sem grandes impactos, de forma sustentável.	- Paradigmas centrados numa cultura de degradação.	- A maneira alternativa adotada para o uso da propriedade, devido as dificuldades, é vista com preconceito.
Salão de Eventos	- Espaço destinado para eventos, outrora utilizado para outras finalidades.	- Utilização do espaço para a trabalhar a educação ambiental e cursos	- Estrutura pequena que não comporta a quantidade de pessoas pretendidas.	- Pretensão de ampliar o espaço, equipando-o para os cursos e palestras a serem ministrados no local.

Fonte: Dados primários (2008).

⁶ Banco da Amazônia – BASA.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Empreendimento “A”

O presente estudo constatou que o empreendimento embora implementado sem planejamento, tem sido de fundamental importância para o desenvolvimento das comunidades locais, principalmente no que diz respeito a reeducação acerca do tratamento e uso dos recursos naturais de forma sustentável, servindo de modelo para demonstrar que é possível e viável fazer o que se faz corriqueiramente de maneira alternativa, gerando empregos diretos no empreendimento, por meio das parcerias, desenvolvendo e valorizando a cultura da região. As parcerias, assim como a postura por utilização apenas de produtos da região na cozinha do empreendimento, traz consigo a valorização da cultura e gera receitas a economia local.

Constatou-se muitas deficiências nos equipamentos, tanto internos quanto externos ao empreendimento, logo os clientes estão à mercê de acompanhamento e instrução dos atrativos, falta orientação acerca das diretrizes do negócio e programa de educação ambiental no que diz respeito à sustentabilidade, promovendo nos turistas um sentimento de pertencimento e valorização, ausência de apoio a segurança e saúde, uma vez que são contratados pessoas para prestar segurança apenas nos dias de maiores demandas, sendo que nos demais dias, em caso de emergência, e socorro mais próximo será encontrado apenas nos municípios vizinhos, além da ausência de equipamentos de apoio ao transporte, falta de delimitação de áreas de lazer, recreação, área de integral conservação, fragilidade ambiental, não havendo nenhum programa de monitoramento ambiental, considerando-se que o principal atrativo, a cachoeira, tem comportado toda demanda existente sem qualquer critério para visitação, ocasionando uma degradação que, embora ainda não mensurada, admite-se que os recursos não estão preparados para se tornarem atrativos ecoturísticos.

Quanto às políticas públicas, verificou-se que em Nova União, município de localização do empreendimento, não tem uma Secretária de Meio Ambiente – SEMA que possa dar suporte à atividade sustentável, contanto apenas de forma informal com a SEMATUR do município circunvizinho, e nem mesmo neste município de maior porte, existe um Plano de Desenvolvimento Municipal, e que a única previsão de apoio governamental para a atividade, também de forma informal, procedera por iniciativa do governo Estadual e Municipal, uma vez que comprometeram-se com a pavimentação da estrada que conduz ao empreendimento.

No cumprimento dos requisitos básicos para a implementação da atividade, referente às normas a serem cumpridas, constatou-se que o empreendimento está em contradição com a maioria delas, haja vista ausência dos licenciamentos imprescindíveis a qualquer implementação, conforme a Lei nº 547/93 e Decreto nº 7903/97, incorrendo por infringi-las, de sofrer as penalidades cabíveis as infrações, tal como advertência, multa, interdição temporária ou definitiva, embargo e mesmo demolição dos equipamentos ora instalados em APP's e ARL's, não somente pela ausência dos licenciamentos mas por infração da lei.

Ao que diz respeito ao lazer, atualmente a principal atividade é a cachoeira e uma piscina de água natural, que conta com a previsão de ampliação dos equipamentos.

A maior dificuldade encontrada na realização desse trabalho foi no levantamento de dados junto aos órgãos regulamentadores, eis que o projeto encontra-se com uma série de pendências. Em consequência da busca das informações primeiramente junto ao IBAMA e SEDAM, identificando a situação no âmbito legal do negócio, e mesmo com postura imparcial no tratamento das informações, percebeu-se resistência por parte do citado empreendedor, talvez por receios, no fornecimento de dados importantes a confecção deste.

O trabalho evidencia a atual situação e as projeções do negócio, mostrando que mesmo sem a previsão de políticas públicas com apoio governamental favorecendo o desenvolvimento da atividade ecoturística, essa certamente é uma alternativa válida para região, eis que por meio da exploração sustentável da propriedade rural, promove-se a valorização cultural, dos produtos regionais, conscientização ambiental e geração de receitas. Portanto, a ausência do licenciamento para implantação dos equipamentos inerente a atividade, equipamentos estes que já se encontram em operação sem qualquer licenciamento, pode ser um complicador, com consequências irreversíveis a comunidade local, uma vez que existe o envolvimento destas, que empenha trabalho e confiança em um projeto com pendências, sujeito às penalidades da lei, podendo a qualquer momento tornar-se uma atividade inviável.

Como alternativa, sugere-se a busca por regulamentação junto ao órgão competente, firmando um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC –, mesmo que os atuais equipamentos implantados sejam apenas para minimizar os riscos de uma demanda não planejada e aparentemente seja oneroso custeá-la, haja vista que o projeto almejado seja outro. Ainda como alternativa, sugere-se a inclusão dos equipamentos existentes num projeto como estrutura básica, e o que se pretende implantar como ampliação a longo prazo. Entende-se que assim o investimento de tempo e custo para projeção e licenciamento seriam os mesmos

inclusos num único projeto, assim o empreendimento estaria em conformidade com a legislação em vigor.

7.2 Empreendimento “B”

O presente estudo constatou que houve planejamento para a implantação do empreendimento, mas nem por isso as dificuldades foram poucas, bem como não estão sendo, eis que é um negócio incipiente e não há políticas direcionadas para apoio a atividade. Embora haja SEMATUR no município de localização do empreendimento, sua criação foi recente, não estando esta, apta ao apoio dos empreendimentos referentes, lembrando que não há um Plano de Desenvolvimento Municipal.

Os equipamentos disponíveis no empreendimento, exceto o restaurante e os de esportes radicais, ainda são deficientes, não estando compatíveis com o que se pretende com o negócio, bem como não comportam o público almejado para a finalidade desejada, uma vez que os equipamentos disponíveis atendem um público de seguimento específico, dado seu custo elevado. Contudo, o empreendedor possui ciência das deficiências existentes, tanto que já tem como objetivo para o ano de 2009, a construção de um alojamento de baixo custo, que comporte seu público-alvo. Segundo o empreendedor, as deficiências constantes no empreendimento ainda não foram sanadas, em virtude da insuficiência de capital para que se possa investir, muito embora o Banco da Amazônia – BASA – não demonstre interesse de efetuar novo investimento, porém aos poucos essa realidade tem mudado, uma vez que com a implantação da cooperativa há previsões consideráveis de investimentos.

O empreendimento está localizado a uma distância aproximada de 15 km da cidade mais próxima (Ji-Paraná), encontrando nessa, os equipamentos necessários de apoio a logística.

Como unidade demonstrativa da atividade turística para a região, o empreendimento constituiu-se numa ferramenta de promoção para o desenvolvimento das comunidades locais, através da promoção de cursos preparatórios para o tratamento da propriedade rural de forma alternativa, visto que com os equipamentos disponíveis servindo como modelo, aproxima as comunidades de uma realidade possível e viável à aplicação, ocorrendo assim a quebra de paradigmas antes centrados numa cultura de produção por meio da degradação.

A cooperativa criada por incentivo do empreendedor e parceiros, é um exemplo prático dos benefícios ambientais, sociais e econômicos gerados através do empreendimento,

pois com a ampliação da gama de produtos beneficiados ofertados, uma vez que a origem é toda da região, as receitas geradas ficam também na região, além da valorização cultural, pois através dos cursos e treinamentos para a produção com tratamento dos recursos naturais e seu uso de forma sustentável, garantem a autenticidade cultural das comunidades envolvidas bem como a sustentabilidade ambiental.

Constatou-se também que, para a etapa de execução do projeto, o empreendimento encontra-se em conformidade com as normas vigentes, bem como com a Lei nº 547/93 e Decreto nº 7903/97, faltando, portanto, a conclusão do projeto e respectivo licenciamento.

Ao que diz respeito ao lazer, atualmente a principal atrativo do empreendimento é a tirolesa, estando esta apta a prática do esporte.

Não houve dificuldades consideráveis para a realização desse trabalho, uma vez que o empreendedor se dispôs para prestar qualquer esclarecimento relacionado ao empreendimento, mesmo sabendo da busca informações primeiramente junto ao IBAMA e SEDAM, com parecer da situação no âmbito legal do negócio.

A pesquisa evidenciou a atual situação e as projeções do negócio, mostrando que mesmo sem a previsão de políticas públicas com apoio governamental direcionadas para favorecer o desenvolvimento da atividade ecoturística, essa é uma alternativa válida para alavancar a economia regional, bem como ocorrer por meio da exploração sustentável da propriedade rural, promovendo a valorização cultural, social e conscientização ambiental.

Admite-se para o empreendimento, erros na gestão da atividade no que tange aos equipamentos ecoturísticos, ora que, os até então implantados não atendem o público almejado. Portanto, tal deficiência pode ser sanada à medida que houver a implantação dos equipamentos compatíveis com o seguimento, uma vez que é o que sugere-se, seguido da busca pela Licença de Operação emitida pela SEDAM, para assim dar início à divulgação e execução do projeto em questão.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. V. **Turismo – fundamentos e dimensões**. 8ª ed. São Paulo Ática, 2002.
- BAHL, M. **Turismo: enfoques teóricos e práticos**. São Paulo: Roca, 2003.
- BENITEZ, I. **Legislação Ambiental Federal e de Rondônia**. 2ª ed. Porto Velho-RO, 2002.
- BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Código Florestal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm> Acesso em: 23 nov. 2008.
- DIAS, R. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FARIA, D. S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- GIMENES, M. H. S. G. **Oportunidades e investimentos em turismo**. São Paulo: Roca, 2003.
- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- KINKLER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas-SP: Papirus, 2002.
- KOTLER, P. *et al.* **Administração de marketing**. 12ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- MASSARI, C. **Brasil é listado em 59º lugar no ranking mundial de competitividade do turismo**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/viagem/mat/2007/03/01/294756267.asp>> Acesso em: 02 dez. 2007.
- MATIAS, F. **Síntese da Formação Histórica de Rondônia**. Porto Velho, Editora Municipalista, 2003.
- MITRAUD, S. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003.
- RONDÔNIA. Lei nº 547, de 30 de dezembro de 1993. **Sistema Estadual de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.sedam.ro.gov.br/web/guest/Instituicao/Legislacao/RegimentoConsepa>> Acesso em: 23 nov. 2008.
- RONDÔNIA. Lei Complementar nº 233, de 06 de junho de 2000. **Zoneamento Sócioeconômico-ecológico do Estado de Rondônia**. Disponível em: <http://www.sedam.ro.gov.br/c/document_library/get_file?folderId=2&name=DLFE-71.pdf> Acesso em: 23 nov. 2008.

Turismo em debate: ciclo de conferências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Relatório referente à visita e entrevista realizada no empreendimento “A”

A entrevista fora efetuada em 23/10/2008, no empreendimento ecoturístico situado no município de Nova União, identificando que, a atividade foi desenvolvida em decorrência da ampla demanda existente antes da implementação de qualquer equipamento, com vistas atender a procura minimizando os riscos, haja vista a declividade do terreno, por se tratar de um *cânion*, é altamente íngreme. Em virtude disso, os equipamentos instalados em operação diferem do idealizado e projetado para implantação, pretendendo-se implantar um hotel fazenda de cunho agro-ecológico, atendendo requisitos de um público que valoriza a cultura regional, os recursos naturais, disposto a pagar um valor equivalente as ofertas do empreendimento.

Segundo o proprietário e empreendedor, 37% da área total da propriedade sofrera algum tipo de degradação, que por sua vez, já encontra-se em fase de recuperação natural, fator este de importante relevância uma vez que não houve necessidade de promover por meio de Termo de Compromisso a recuperação da área degradada, dado o estado de conservação dos recursos florestais estarem em conformidade com as normas. Embora exista em projeto, a área de ampliação do negócio, não fora realizado o zoneamento da propriedade estabelecendo as APP's e de RL, infringindo normas segundo o Código Florestal e lei do ZSEE (Benitez, 2002, p. 30 e 391), haja vista que existe a instalação de equipamentos nestas, sem o devido licenciamento e monitoramento.

Os equipamentos implantados na propriedade, não tiveram licenciamento da SEDAM, observando as trilhas suspensas em APP, piscina de água natural instalada em local de curso d'água, entre outros a visitação sem critérios aos locais de relevante beleza natural passível a degradação, tal como a visitação de número elevado de pessoas a cachoeira com orientação por meio de apenas placas, sem o acompanhamento de técnicos. Afirma o empreendedor, que não fora requerido os devidos licenciamentos junto aos órgãos competentes, porque por hora, os equipamentos instalados têm a finalidade de atender apenas uma demanda imediata, mas que para a estrutura de hotel fazenda, seria cumprido as normatizações, para tanto, economicamente falando, seria inviável elaborar projetos diferentes em um curto espaço de tempo, principalmente porque a maneira que a atividade está sendo explorada, sem muitos equipamentos, não ocorre agregação de valores, sendo a renda gerada apenas para a manutenção do negócio.

O município de Nova União não tem uma secretária com finalidade de apoiar ou promover a atividade turística na região, logo o apoio que o empreendimento objeto de pesquisa possui vem de maneira informal de outras entidades, tal como da SEMATUR, que por meio de parceria, realiza permuta de mudas de plantas de uma ambiente para outro.

A permuta e mesmo a doação de mudas, contribuí para a implementação de um projeto ao aproveitamento do lixo plástico produzido dentro do empreendimento, levando-se em consideração que, atualmente, este lixo produzido é proveniente apenas de garrafas de água mineral e copos descartáveis. Para as garrafas, pretende-se implantar um projeto para produção de mudas com tais recipientes, que estarão disponíveis em um viveiro a ser instalado no local, de maneira que os clientes que se interessarem terão acesso a estas para plantar em áreas destinadas a tal, bem como a cada um que consumir água mineral terá a disposição duas mudas para uso alternativo, dentro ou fora do parque. Para os demais lixos secos, atualmente destina-se a reciclagem e o lixo orgânico pretende-se dar início a um projeto de compostagem, que por fim será utilizado com adubo orgânico para a horta que também pretende-se construir. Ainda não se tem uma finalidade para os copos descartáveis, uma vez que ele, de certo modo, é visto como um problema no aspecto de sustentabilidade.

O intuito do empreendedor, a partir de um negócio economicamente viável, ambientalmente sustentável e da valorização cultural das comunidades inseridas, é a de servir como exemplo e base para estas pessoas, no qual possuem seus hábitos culturais centrados na exploração e degradação, e promover a aproximação destas, mostrando viabilidade e promovendo conscientização, como já tem ocorrido, eis que observara a mudança de hábitos nas práticas de caça predatória e desmatamento ilegal. Em vista desta aproximação, objetiva-se a formação de parcerias para a geração dos insumos, observando a ocorrência de um *cluster*⁷ turístico, bem como o abastecimento dos alimentos para o restaurante do empreendimento é oriundo da produção por parceiros, havendo aproveitamento desde o leite produzido no laticínio mais próximo, bem como o mel proveniente da atividade de apicultura realizada por vizinho, dispondo o produto nos cafês da manhã e para a venda no empreendimento. O leite, o pão caseiro, próprio da cultura de italianos (maioria dos funcionários e população são descendentes), produção por vizinhos de hortaliças sem

⁷ Cluster: um conjunto de empresas e entidades que interagem, gerando e capturando sinergias, com potencial de atingir crescimento competitivo contínuo superior ao de uma simples aglomeração econômica, em que as empresas envolvidas, encontram-se geograficamente próximas e pertencem à cadeia de valor de um setor econômico, com amplo escopo para divisão de tarefas, bem como para a especialização e inovação (BAHL, 2003, p. 21-22).

agrotóxicos, apenas com adubo orgânico proveniente da compostagem efetuada a partir do lixo produzido no empreendimento, que por vez, este lixo é remetido a outro parceiro, para confecção de tal, entre outras parcerias que conforme necessidade pretende-se estender.

Há de se considerar como valorização cultural a mão-de-obra local, resultante atualmente na geração direta de empregos em aproximadamente 85% de pessoas do município, e que *a priori* era de atingir 100%, mas que não tem sido possível devido à sazonalidade do negócio que requer, por vezes, a contratação de mão-de-obra qualificada para atividades específicas, sendo estas escassas na região.

Como alternativa para a carência de profissionais qualificados em áreas específicas, geralmente investe-se em cursos preparatórios, cujo custo é elevado, devido a promoção destes serem em outras regiões. Para tanto, há outro problema referente a qualificação de mão-de-obra, uma vez que devido a carência destas no mercado regional, empreendimentos economicamente estáveis, normalmente cobrem a oferta salarial para as pessoas qualificadas, e na maioria das vezes, esses deixam o empreendimento incipiente, para trabalhar em outros em outras regiões.

Quanto aos equipamentos internos, dispõe no empreendimento atualmente um Chalé experimental com observatório de pássaros, casa para funcionários em obra, fornecimento limitado de alimentação e bebidas, um bonde para transporte dos clientes da sede até a cachoeira, do qual não se utiliza combustível para geração de energia e estrutura para *camping*.

Atualmente o principal atrativo do empreendimento é uma cachoeira, que ocorre num desnível de aproximadamente 32 metros de queda livre d'água no rio Mandi, cuja estrutura de acesso dá-se por meio de trilha suspensa com 650 metros de comprimento, trilha rústica com 850 metros, mais escadas, ambas no interior da mata, das quais as orientações referentes aos riscos são por meio de placas. Ressalta o empreendedor, que a longo prazo, pretende-se utilizar a cachoeira apenas como um dos atrativos, dando ênfase no hotel fazenda.

O empreendimento surgiu em detrimento da demanda existente, atualmente com média de 250 visitas por final de semana, sendo esta sazonal, uma vez que nos meses de novembro a janeiro, correspondente às férias escolares, ocorrem maior demanda, com 350 a 400 visitas/semana, e menor demanda de fevereiro a março, com 200 visitas/semana.

Quanto ao apoio dos equipamentos externos ao empreendimento, no que tange à logística, o acesso a cidade mais próxima é de aproximadamente 10 Km, sendo que a estrada que liga não é pavimentada, com bastante declividade, portanto apresentando dificuldades de acessibilidade para alguns veículos no período chuvoso. Segundo fonte primária, o Governo

municipal e estadual comprometeu-se em reunião, de maneira informal, em pavimentar tal via de acesso, tornando-a uma rodovia estadual, com objetivo de fazer a ligação dos municípios do interior por outra via, senão pela BR-364.

O empreendimento conta com apoio para a promoção de eventos com uma agência de turismo, situada no município de Ouro Preto D'Oeste, a qual faz agendamentos e promove excursões incluindo o meio de transporte, geralmente ônibus. Ressalta o empreendedor que, para o futuro, pretende adquirir um microônibus para dispor o veículo para a condução do perímetro urbano até o local.

No trajeto dos municípios circunvizinhos até o local, não há disposição de nenhuma borracharia, posto de gasolina, oficinas mecânicas e elétricas, guinchos ou auto-peças, e que, para os imprevistos ocorridos no percurso, o empreendimento dispõe de uma motocicleta para que a pessoa interessada desloque-se até o ponto mais próximo para ajuda. Faz parte do projeto a ser implementado, a inclusão de uma borracharia dentro no empreendimento, incluindo como parceria, serviços de guincho.

Não há nenhuma guarnição de saúde e de segurança pública no trajeto, porquanto a Polícia Militar e Bombeiro mais próximo situam-se em municípios vizinhos, sabendo que no empreendimento não há nenhuma pessoa específica instruída a prestar primeiros socorros, bem como não há equipamentos e materiais para tal.

Afirma o empreendedor que, por hora não existe um local dentro do empreendimento destinado à realização de eventos artísticos e culturais, mas há em projeto, previsão para um centro de convenções.

Não fora planejada nenhuma política de preços para o negócio, mas em decorrência da demanda, utilizou-se do valor da entrada para realizar o controle, variando para um valor mais baixo para os dias da semana, e para o final de semana, período de maior procura, o valor é maior.

Para o Hotel fazenda, pretende-se construir 10 chalés, implantar atividades esportivas tais como arborismo, tirolesa, *rafting* e rapel.

APÊNDICE B: Relatório referente à visita e entrevista realizada no empreendimento “B”

A entrevista foi realizada em 02/11/2008 no empreendimento “B” situado no município de Ouro Preto D’Oeste, constatando que a implementação da atividade fora precedida de planejamento, uma vez que na área funciona um restaurante implantado antes mesmo da projeção da atividade turística para o local, sendo atualmente este o responsável pela geração de receitas que tem sustentado o negócio.

A área objeto do trabalho, antes de ser assumida pelo atual proprietário e empreendedor, era instrumento de retirada de brita para recapeamento do asfalto da Rodovia BR-364 por uma empresa construtora de asfalto, sendo que esta degradou a cobertura florestal da área da propriedade em 100%. O empreendedor relatou que, o antigo proprietário tinha a área como inservível, observando que o que restara da exploração fora uma pedreira em torno de 30 metros de altura, com as cabeceiras das nascentes destruídas, características estas de um terreno improdutivo devido à quantidade de rochas. Todavia, ele visualizou uma grande oportunidade para a prática de esportes radicais, procedendo a aquisição e dando início a consolidação do que ele declara “um sonho”.

A concretização do projeto fora resultado de uma ação entre o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA –, que na época, ambas respectivamente, arcaram com os quesitos da viabilidade econômica, ambiental e social e com os custos da elaboração do citado projeto, lembrando que inicialmente a execução do projeto fora por capital próprio.

A implantação do negócio surgiu no ano de 2001 com recurso próprio, e somente no ano de 2004 buscou-se por capital de terceiros, no qual conseguiu financiamento para a execução do projeto pelo Banco da Amazônia, complementando o investimento em 150 mil reais, sendo este destinado a construção de 04 chalés, 01 salão para eventos de pequeno porte e ampliação do restaurante.

O projeto foi tido como unidade demonstrativa de turismo para o BASA, prevendo para a área da propriedade, equivalente a 20 ha, recuperação de 75%, e em apenas 5 ha, destinação às atividades. Da recuperação da área, contempla-se para as nascentes um programa de monitoramento ambiental, uma vez que, por meio de um banco de dados, observa-se a evolução da vazão e volume d’água desde sua recuperação, contemplando também a prática de atividades agro-rurais de forma alternativa, eis que substituiu de raça

Holandesa por outra raça européia, a Jersey, cuja produção de leite é mais significativa e é menos degradante, já que o porte do animal adulto é similar ao de um bezerro de raça Holandesa, portanto impactando menos o solo, bem como com a criação de outros animais de pequeno porte, tais como os de ovinos, suínos e galináceas, ambos de maneira sustentável. Ainda como unidade demonstrativa de turismo, a principal finalidade do empreendimento é a promoção de educação ambiental bem como a conscientização para a comunidade envolvida da possibilidade da prática sustentável e viabilidade econômica das atividades executadas por tais comunidades, porém de uma forma alternativa, formando por meio desta, parcerias.

Através das parcerias já estabelecidas, criou-se uma cooperativa no intuito de beneficiar os produtos e colocá-los no mercado com retorno financeiro justo, produtos estes, que se encontram disponíveis no empreendimento para comercialização. Há a previsão de instalação da sede da cooperativa no local objeto de estudo.

Para a implementação do projeto e mesmo a captação de capital de terceiro, fora efetuado zoneamento da propriedade, prevendo as áreas destinadas à recuperação, bem como para a implantação dos equipamentos, sendo estes precedidos de planejamento, estando em conformidade com as normatizações em vigor, uma vez que providenciou junto ao órgão competente, um TAC, se comprometendo pela recuperação da área de acordo com o previsto em lei, a constar às licenças outorgadas pela SEDAM para a presente fase de execução do projeto. Enfatizou o empreendedor que, é uma das prioridades o licenciamento em totalidade para o ano de 2009, ressaltando que a emissão das licenças são válidas para o período máximo de 02 anos, estando sujeitas ao acompanhamento da SEDAM.

O projeto com finalidade de tornar-se um modelo, prevê como venda de produtos/serviços os eventos relacionados a atividade desempenhada na propriedade, bem como o conceito sustentabilidade, uma vez que estes incluem os equipamentos disponíveis, tal como utilização do local para a promoção de eventos, servido também como alojamento.

Uma vez que o projeto encontra-se em fase de implementação, não é possível prever a demanda, bem como este ainda não a tem, considerando que não há qualquer divulgação formal do empreendimento turístico. Aqueles que detêm conhecimento sobre algo relacionado à atividade, geralmente é apenas sobre um dos equipamentos, o restaurante instalado desde as primeiras projeções, que atende hoje qualquer indivíduo transeunte na rodovia no período das 6 às 19,30 horas, estando este com previsão de estender seu atendimento até as 21 horas.

A água utilizada para consumo é proveniente de nascentes situadas dentro da propriedade, mas que dada a degradação das cabeceiras destas, o recurso tem sido cada vez mais escasso. Relatou o empreendedor, que para este ano a água disponível foi insuficiente

para abastecer os equipamentos da propriedade, bem como não tem sido possível efetuar a limpeza da piscina, uma vez que isto demanda utilização considerável de água, o que por vez acaba por implicar no abastecimento dos animais e plantas cultivados no empreendimento. Para sanar o problema de escassez de água, pretende-se confeccionar um poço artesiano, ampliando a atual demanda aproximada de 9 mil litros/dia para 20 mil litros/dia, além do reflorestamento das supras cabeceiras das nascentes.

Para o ano de 2009, pretende-se implantar uma estação de tratamento dos efluentes provenientes do empreendimento, sendo que atualmente a destinação destes é por fossa séptica. Para os resíduos sólidos, atualmente é realizada coleta seletiva, com parte do material sendo destinado a reciclagem por terceiros, efetuando a venda de outros, bem como realizando compostagem. O adubo oriundo do processo da supra compostagem é utilizado em hortas e na recomposição florestal na propriedade, observando um desenvolvimento considerável naqueles os quais se utilizam o material, haja vista a cobertura térrea estar altamente degradada.

A energia elétrica utilizada no empreendimento é oriunda de gerador alternativo, sendo esta suficiente para suprir a demanda do restaurante, estando os demais equipamentos desprovido dessa. Fora implantado em apenas um dos chalés, um equipamento para geração de energia solar com finalidade apenas de aquecer a água, isto porque é muito oneroso.

Atualmente, o empreendimento conta com 12 funcionários, sendo que 11 atendem a demanda do restaurante e 01, o caseiro, é responsável pelo monitoramento do restante da propriedade. A previsão é de aumentar para 15 o número de funcionários no estabelecimento, sendo tal mão-de-obra, oriunda do município em questão.

O empreendimento conta com 01 restaurante, com 04 chalés e 08 estruturas para *camping*, comportando até 30 pessoas alojadas, mais as estruturas para esportes radicais, nos quais contemplam o *rapel*, arborismo e tirolesa. Conta ainda com um salão para promoção de eventos e uma piscina.

O equipamento de maior atratividade do empreendimento é a tirolesa, sendo um recurso que implica em exuberante beleza, instalado no alto de um monte de 30 metros de altura, com 350 metros de comprimento, onde por meio desta é possível avistar toda propriedade e outras no entorno, inclusive no trajeto contempla-se uma área de recuperação da cobertura florestal. Os critérios para a prática do esporte incluem a permissão tão somente para pessoas com idade superior a 10 (dez) anos, sendo que esta, necessariamente, deve proceder do acompanhamento de instrutor devidamente treinado, disponível no

empreendimento. Este equipamento, mais o restaurante, são as atividades que atualmente sustentam o empreendimento.

Os acessos internos à propriedade, dado ser um terreno íngreme, apresentam dificuldades de locomoção, por hora implicando em situações de risco, porém qualquer traslado na propriedade é realizado com acompanhamento de monitor, pretendendo instalar uma equipe com técnicas de primeiros socorros.

No que tange os fatores de logística do empreendimento, a via de acesso é pavimentada e de fácil acesso, localizada a 19 km do município mais próximo (Ji-Paraná).

O empreendimento conta com apoio para a promoção de eventos de uma agência de turismo, situada no município de Ouro Preto D'Oeste.

No trajeto entre o empreendimento e as cidades mais próximas, num raio inferior a 15 km, tem-se acesso à borracharia, posto de combustível, guarnição da Polícia Rodoviária Federal e balança de pesagem de veículos.

Para os quesitos relacionados à saúde, postos e hospitais serão encontrados apenas no perímetro urbano das cidades circunvizinhas.

ANEXOS

**ANEXO I: Termo de Referência instituído pela SEDAM inerente a empreendimentos
turísticos**



Em 03 (três) cópias

23-TURISMO

23.2 – Complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromo.

LICENÇA PRÉVIA (LP)

- () Requerimento padrão
- () Cadastro simplificado padrão
- () Cartão do CGC /MF
- () Cópia do CPF e RG do representante legal
- () Certidão da prefeitura municipal sobre o código de postura
- () Documento da propriedade rural
- () Documento de averbação da área de reserva legal
- () Termo de compromisso de recuperação da área degradada (se for o caso)
- () Cópia da publicação do jornal
- () Cópia do pagamento da taxa
- () Projeto técnico de turismo
- () 03 (três) cópias do projeto ambiental (PCA, RCA, PRAD, EIA, RIMA ou RPIA)
- () Contrato do profissional responsável pelo projeto com a empresa
- () Registro do profissional no conselho

LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)

- () Requerimento padrão
- () Cópia da publicação do jornal
- () Cópia do pagamento da taxa
- () Cópia da licença prévia (LP)
- () Programa de monitoramento ambiental

- () Contrato do profissional responsável pelo projeto com a empresa
- () Registro do profissional no conselho

LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)

- () Requerimento padrão
- () Cópia da publicação do jornal
- () Cópia do pagamento da taxa
- () Cópia da licença de instalação (LI)
- () Contrato do profissional responsável pelo projeto com a empresa
- () Registro do profissional no conselho
- () Caso seja renovação da licença de operação, trazer 01 cópia da licença anterior

A – SIGLAS

SEDAM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

CAA – Comissão de Análise e Estudos Ambientais

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

PCA – Plano de Controle Ambiental

RCA – Relatório de Controle Ambiental

RPIA – Relatório Preliminar de Impacto Ambiental

PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

PPRA – Programa de Análise de Riscos Ambientais

LP – Licença Prévia

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

LOP – Licença de Operação Precária

UODAM – Núcleo Operacional de Desenvolvimento Ambiental
Rua: Rio Amazonas, nº 151, Bairro Jardim dos Migrantes – Ji-Paraná.

ANEXO II: Formulário de entrevista aplicado aos empreendedores.
(adaptado de MITRAUD, 2002, p. 79)

- 1 Razão Social:
- 2 Tipo de Contrato:
- 3 CNPJ:
- 4 Atividade:
- 5 Capital Investido:
- 6 Documento da propriedade:
- 7 Endereço:
- 8 Licença emitida pelo órgão competente (SEDAM):
- 9 Contato:
- 10 Endereço:
- 11 Telefone: email:
- 12 Área Total da propriedade:
- 13 Área de ocupação prevista:
- 14 Área livre prevista:
- 15 Horário de funcionamento:
- 16 Água utilizada para consumo (origem):
- 17 Consumo diário previsto:
- 18 Dejeito diário previsto: Destino:
- 19 Destino dos resíduos/líquidos:
- 20 Equipamentos de geração de energia (fonte):
- 21 Número de empregados previsto:
- 22 Qual foco/seguimento, qual tipo de público desejam atingir?
- 23 Benefícios e desvantagens do turismo sustentável/ecológico/ecoturismo?
- 24 Pontos fortes e fracos do empreendimento.
- 25 Economicamente falando o ecoturismo é a melhor alternativa econômica?

- 26 Existe o zoneamento de uso e ocupação do solo, incluindo o mapeamento das áreas de conservação e atividades permitidas em cada zona (lazer, recreação, áreas a integral conservação, instalações físicas, estacionamento, área interditadas)?
- 27 Análise de cada área de visitação quanto aos atrativos, condições físicas, acesso, infraestrutura, fragilidade ambiental.
- 28 Da propriedade, fora realizado averbação da área, termo de compromisso de recuperação da área degradada uma vez que existe a área de pastagem em recuperação, bem como os licenciamentos municipais e estaduais estão em conformidade com as normatizações?
- 29 Qual a situação do uso e posse da terra, há algum projeto técnico de turismo e/ou outro?
- 30 Existe algum programa de monitoramento ambiental? Qual, e como ele é aplicado?
- 31 Políticas Públicas e privada?
- 32 A atividade contribui de alguma forma para a conservação do meio ambiente? De que forma?
- 33 O desenvolvimento do turismo, prevê em suas atividades a valorização cultural das comunidades, bem como sua capacitação para o gerenciamento participativo, minimizando impactos e aumentando a auto-estima na comunidade. Como?
- 34 Existe uma busca pela diversificação e integração econômica para a melhoria da qualidade de vida das comunidades? Como?
- 35 Estabelecimento de uma política de preços?
- 36 Algum programa de orientação acerca das diretrizes do negócio, ou mesmo programa de educação ambiental prevendo a sustentabilidade e/ou manutenção da atividade?
- 37 Características gerais do empreendimento, bem como a mão-de-obra, infraestrutura, equipamentos, capital de terceiro, e outros necessários.
- 38 Há sazonalidade na demanda? Cite suas causas.
- 39 Quais são os atrativos turísticos naturais e culturais? Equipamentos de Apoio?
- 40 Estes recursos estão conservados e preparados para se tornarem atrativos ecoturísticos?
- 41 Os acessos e os meios de transportes são adequados e seguros?
- 42 Existe alguma restrição legal, política e econômicas que podem afetar o desenvolvimento do projeto?
- 43 Existe algum compromisso do poder público local com relação ao desenvolvimento do ecoturismo? Qual?
- 44 Quanto os fatores externos de influência direta/indireta ao que infere ao entorno do empreendimento, quais equipamentos de apoio aos meios de hospedagem, alimentação,

agências de turismo receptivo, serviços de guiagem ou mesmo instrução, meios de transportes e acessos intermunicipais e interestaduais e acessos locais?

45 Há disponibilidade de locação de veículos, ou outro próprio para a condução nas proximidades do empreendimento? Qual a distância?

46 Existe espaços para eventos artísticos e culturais?

47 Presença de auto-serviços (postos de gasolina, borracharia, oficinas mecânicas e elétricas, guinchos e auto-peças, comunicação, bancos, etc)?

48 Presença de serviços de apoio a saúde e segurança?

49 Existe trilhas internas? Descreva a km, tempo e grau de dificuldade.

50 Existe alguém vestígio de Paleontologia/arqueologia na área? Quais?

51 Quais os equipamentos e serviços a serem implantados?

52 Qual o principal atrativo, cargo chefe do empreendimento, trata-se de recursos naturais e culturais detentores de paisagens autênticas e exuberantes com elevado grau de conservação ou características ecológicas incomuns?

52.1 Nome:

52.2 Localização:

52.3 Tipo:

52.4 Tamanho em metros:

52.5 Atrativos:

52.6 Problemas e limitações:

52.7 Temas interpretativos:

52.8 Alguma dificuldade? Nível:

52.9 Grupo etário generalizador:

52.10 Aspectos de Segurança:

52.11 Necessidade de intervenção corretiva de trilha e desenvolvimento de infraestrutura:

52.12 Ações de recuperação necessárias:

52.13 Adaptações:

52.14 Priorizações:



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO

Eu, Edilene da Silva Pereira, acadêmica de Administração, regularmente matriculada na Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, sob o registro n. 200420748, declaro para os devidos fins, ciente das penalidades da Lei Penal, ser o Autor do Artigo Científico apresentado ao Departamento de Administração e Ciências Contábeis e perante a Banca Examinadora em 10 de dezembro de 2008, como Atividade de Conclusão de Curso – ACC – intitulado: **“ECOTURISMO: O INVENTÁRIO TURÍSTICO E O CONFRONTO LEGAL EM DOIS EMPREENDIMENTOS”**, autorizando sua divulgação e publicação pela Instituição e/ou pela orientadora, em sua versão parcial e/ou completa, desde que indicada a autoria.

Por ser expressão da verdade firmo a presente Declaração, para que surta seus efeitos legais.

Cacoal, 10 de dezembro de 2008.
